



GEDIPE

2019 | Relatório e Contas



Relatório da Direção

Balanço

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Anexo

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório de Auditoria

~~A~~
M
J

Relatório da Direção

RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Caros Associados,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, vem a direção da GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa entrou numa trajetória de ligeira desaceleração da atividade económica, de um crescimento de 2,6% em 2018 para 2,2% em 2019.

O enquadramento externo da economia portuguesa tornou-se menos favorável em 2019 perspetivando-se uma recuperação modesta do ritmo de crescimento do PIB e do comércio mundial ao longo do restante horizonte de projeção.

O abrandamento das exportações e da indústria também se tem registado em Portugal. Em contraste, o setor dos serviços permanece relativamente imune, o que tem permitido a continuação de uma situação favorável no mercado de trabalho.

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

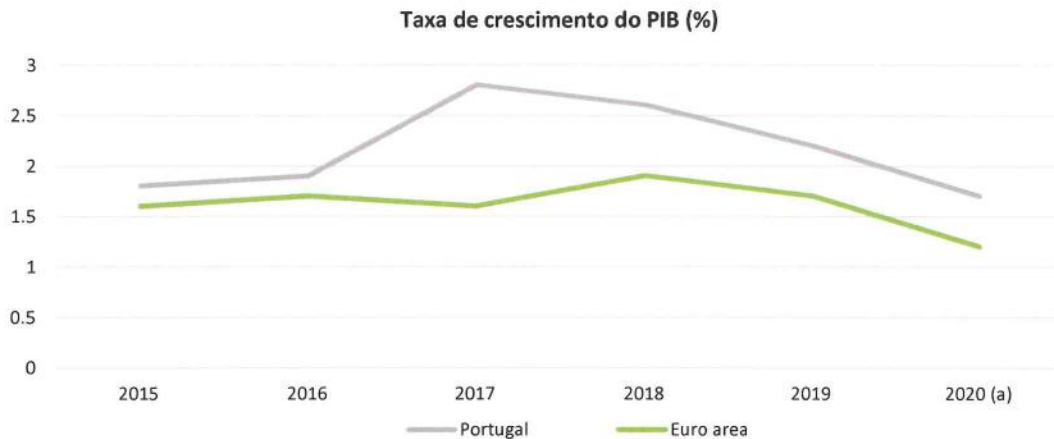
	Principais indicadores económicos (%)					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020 ^(a)
Produto interno bruto (PIB)	1,8	1,9	2,8	2,6	2,2	1,7
Consumo privado	2,3	2,4	2,3	2,9	2,3	2,1
Consumo público	1,3	0,8	0,2	0,7	0,5	0,8
Défice (% do PIB)	-4,4	-2,1	-2,9	-0,5	-0,1	-0,0
Taxa de desemprego	12,4	11,1	8,9	7,0	6,3	5,9
Taxa de inflação (IHPC)	0,5	0,6	1,6	1,4	0,3	0,9

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat
Notas: (a) Previsões OCDE e Banco de Portugal (dez/2019), anteriores ao Covid-19.

A taxa de desemprego anual prevê-se que se situe nos 6,3%, o que se traduz em cerca de 350 mil pessoas desempregadas. Em relação ao ano anterior é de realçar que a taxa de desemprego se fixou em 7,0%, recorde-se que a taxa de desemprego em 2017 era de 8,9%.

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

A economia portuguesa apresentou um crescimento de 2,2% em 2019 e a Comissão Europeia prevê uma desaceleração do PIB para 2020, que deverá situar-se em 1,7%, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):



Fontes: Ministério das Finanças e Comissão Europeia
Notas: (a) Previsões OCDE, anteriores ao Covid-19

Em Espanha, de acordo com o *Instituto Nacional de Estadística*, o PIB registou uma taxa de 2,4% positivos no ano de 2018, tendo previsto uma taxa de 2% positivos para 2019, e 1,9% para 2020.

Prevê-se que a saída do Reino Unido, via “Brexit”, venha a ter um impacto profundo na União Europeia, assim como em Portugal, principalmente em 2020. A economia portuguesa poderá sofrer impactos negativos no crescimento, nas exportações e mesmo nos custos de financiamento. O Reino Unido é o quarto maior mercado das exportações portuguesas, pelo que as exportações para o Reino Unido poderiam descer 15%, no cenário mais otimista.

Contudo, com o “Brexit” o Reino Unido terá mais dificuldades em importar e exportar de e para outros países da União Europeia e, neste cenário, Portugal pode substituir outros países no relacionamento com o mercado Reino Unido no “pós-Brexit”.

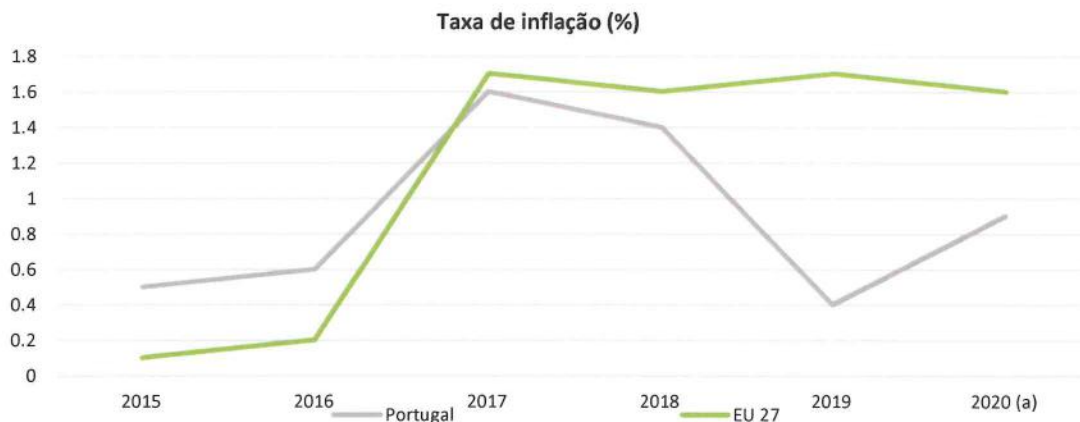
O BCE decidiu manter as taxas de juro oficiais, pelo que a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento manteve-se em 0,0%. De acordo com essa entidade, as pressões sobre os preços na área do euro deverão continuar moderadas no médio prazo, e as condições monetárias, nomeadamente ao nível do crédito, deverão permanecer contidas.

No que diz respeito aos EUA, a Reserva Federal norte-americana (Fed) também diminuiu a taxa de juro de referência para os 1,75% ao ano.

A taxa de inflação em 2019, divulgada pelo INE, fixou-se nos 0,3% (1,4% em 2018), sendo que as previsões apontam para uma subida em 2020 (0,9%).

Handwritten initials and a signature in blue ink.

A Eurostat divulgou que a taxa de inflação anual da zona euro, relativamente a 2019, foi de 1,3%, enquanto na UE diminuiu para 1,6%. O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):



Fontes: Instituto Nacional de Estatística e Comissão Europeia
Notas: (a) Previsões, anteriores ao Covid-19

Os principais desafios da economia portuguesa para os próximos anos equiparam-se aos da área do euro e da União Europeia. O aprofundamento da União Económica e Monetária, em particular de mecanismos que permitam uma coordenação macroeconómica mais eficaz, é essencial para garantir a estabilidade macroeconómica e as condições para o crescimento económico no futuro. Contudo, temas como o “Brexit”, a imigração, o clima e o envelhecimento, vão ser os grandes desafios para o novo Parlamento Europeu.

A recente pandemia do Covid-19, veio condicionar o sentimento dos mercados, levando a rever em forte baixa o crescimento da economia mundial, passando-se a assumir quedas em todas as economias desenvolvidas. As atuais expectativas para 2020 são negativas, devido à incerteza relativamente ao controlo da epidemia do coronavírus e ao seu impacto sobre a economia mundial e ao desapontamento com a dimensão das respostas políticas, quer dos governos, quer dos bancos centrais.

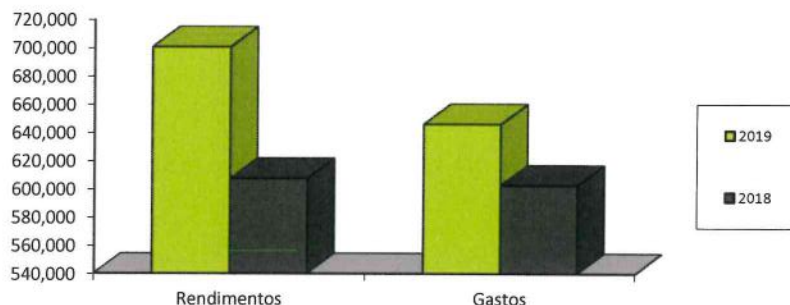
Se a maioria dos setores económicos estão a ser afetados, como o setor do transporte aéreo (previsto quebras de 234 milhões de euros) e o turismo residencial (previsto quebras de 330 milhões de euros), temos outros setores que vão produzir mais (saúde, segurança e defesa, fornecedores de material médico e de limpeza, serviços de entregas ao domicílio, serviços de streaming de jogos online, etc.).

As previsões no atual contexto são altamente incertas, visto dependerem do número de semanas de paragens das empresas, da percentagem de trabalhadores desempregados ou em Lay-Off e dos massivos estímulos monetários já anunciados.

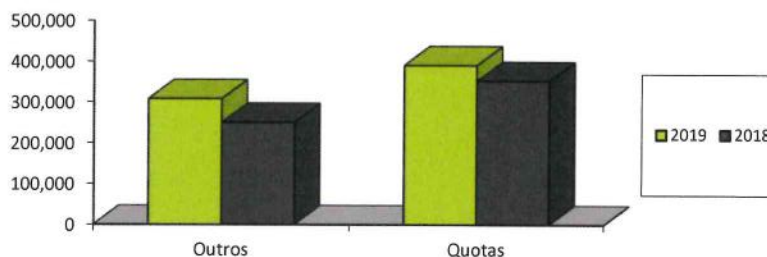
[Handwritten signature]

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2019

Os gastos e os rendimentos operacionais apresentam a seguinte evolução (valores em euros):



Ao nível dos rendimentos estes decorrem das quotizações, comissões de gestão, e de prestações de serviços no âmbito do projeto de cobrança de direitos conexos de comunicação pública audiovisual, conforme gráfico comparativo que se apresenta (valores em euros):



No que respeita aos gastos operacionais estes decorrem, fundamentalmente, de fornecimentos e serviços e gastos com o pessoal, conforme gráfico comparativo que se apresenta (valores em euros):



Os direitos de retransmissão, com referência a 31 de dezembro de 2019, debitados, distribuídos e afetos ao fundo cultural são os seguintes (valores em euros):

Descrição	31-12-2018	Exercício de 2019	31-12-2019
Debitados	45.829.696	5.231.999	51.061.695
Distribuídos	37.746.072	4.895.196	42.641.268
Fundo cultural (5% do total debitado)	2.291.485	261.600	2.553.085

Os direitos de retransmissão debitados até 31 de dezembro de 2019 ascenderam a 51.061.695 euros. Os direitos de retransmissão correspondentes ao exercício ascenderam a 5.231.999 euros.

No presente exercício foram distribuídos direitos de retransmissão por cabo, no valor de 4.895.196 euros. O valor total dos direitos de retransmissão distribuídos até 31 de dezembro de 2019 ascendeu a 42.641.268 euros.

Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto, a quantia correspondente a 5% do valor dos direitos debitados relativos retransmissão por cabo ou similares (2.553.085 euros) são transferidos para o fundo cultural, logo que o pagamento dos direitos seja efetivado. Nos termos da legislação referenciada tais quantias apenas podem ser utilizadas em atividade sociais, formação, culturais e outras, estando a ser geridas em contas bancárias individualizadas.

No presente exercício foram distribuídos direitos de cópia privada, no valor de 1.291.262 euros, respeitando 1.147.018 euros aos titulares nacionais e 144.244 euros aos titulares internacionais. O valor total dos direitos distribuídos até 31 de dezembro de 2019 ascendeu a 5.713.087 euros.

De salientar ainda, a distribuição acumulada da reserva do fundo cultural dos direitos de cópia privada, cujo valor até 31 de dezembro de 2019 ascendeu a 757.230 euros. No exercício ascendeu a 31.038 euros.

Relativamente aos direitos de comunicação pública foi debitado um total acumulado 7.718.707 euros.

No que respeita, ao montante consignado pela AGECOP para afetação a projetos elegíveis do fundo cultural, o valor disponibilizado por utilizar, em 31 de dezembro de 2019, ascendia a 959.284 euros. No exercício foi utilizada e objeto de prestação de contas a quantia a 181.023 euros.

Os rendimentos acumulados das aplicações financeiras a 31 de dezembro ascendem a 1.757.223 euros, com a seguinte decomposição (valores em euros):

Descrição	31-12-2018	2019	31-12-2019
Retransmissão - Fiduciária	1.262.652	358	1.263.010
Retransmissão - Fundo cultural	179.418	31	179.449
Cópia Privada - Fiduciária	231.486	76	231.562
Cópia Privada - Fundo cultural	57.929	19	57.948
Cópia Privada - F. cultural AGE COP	16.447	0	16.447
Comunicação pública - Fiduciária	8.721	86	8.807
	1.756.653	570	1.757.223

Em matéria de tesouraria foram concretizados os seguintes recebimentos e pagamentos (valores em euros):

Saldo inicial	413.844
Recebimentos	1.022.574
Pagamentos	<u>1.025.062</u>
Saldo final	<u>411.356</u>

INVESTIMENTOS

No exercício foram concretizados investimentos em equipamento de transporte (45.713 euros) e outros equipamentos administrativos (406 euros).

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido do exercício foi positivo em 43.762,78 euros.

3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

4. **PERSPETIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2020**

Vivemos desde 18 de março de 2020 um cenário de emergência de saúde pública de âmbito nacional e internacional declarada pela Organização Mundial de Saúde e que levou à classificação do vírus como pandemia. Este facto originou a aplicação de medidas extraordinárias e de carácter urgente de restrição de direitos e liberdades, em especial no que respeita aos direitos de circulação e a restrições da atividade económicas por tempo indefinido.

Neste momento não existem estimativas sobre os impactos macroeconómicos e orçamentais das medidas tomadas no âmbito do combate à pandemia do Covid-19, dada a enorme incerteza que existe no contexto nacional e internacional.

Assim, embora possam vir a existir efeitos da pandemia na atividade, relativamente à cobrança de direitos, o orçamento de exploração para 2020 prevê proveitos de 660.000 euros, idênticos aos verificados em 2019 (670.000 euros).

5. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social ou perante o Estado.

6. **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Propõe-se a transferência do resultado líquido do exercício, no valor de 43.762,78 euros (quarenta e três mil setecentos e sessenta e dois euros e setenta oito cêntimos) para Resultados transitados.

Lisboa, 2 de julho de 2020

DIREÇÃO




\$
m
John
Dob

Balanço

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		12/31/2019	12/31/2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	78,739.13	53,727.43
Ativos intangíveis	6	3,062.88	6,124.83
Outros instrumentos financeiros		2,371.30	1,751.86
		84,173.31	61,604.12
Ativo corrente			
Clientes	7	1,127,887.18	2,922,428.65
Estado e outros entes públicos	8	201,574.74	206,364.50
Outros créditos a receber	7	296,883.36	216,294.20
Diferimentos		2,258.35	2,258.35
Caixa e depósitos bancários	4	14,943,000.36	12,300,311.11
		16,571,603.99	15,647,656.81
Total do ativo		16,655,777.30	15,709,260.93
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Resultados transitados	9	506,086.66	505,260.46
		506,086.66	505,260.46
Resultado líquido do período	9	43,762.78	826.20
		549,849.44	506,086.66
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10	27,779.41	0.00
Outras dívidas a pagar	11	9,144,314.01	8,275,010.41
		9,172,093.42	8,275,010.41
Passivo corrente			
Fornecedores	11	8,072.66	7,810.53
Estado e outros entes públicos	8	48,941.87	60,409.40
Financiamentos obtidos	10	4,929.05	2,979.71
Outras dívidas a pagar	11	6,871,890.86	6,801,964.22
Diferimentos		0.00	55,000.00
		6,933,834.44	6,928,163.86
Total do passivo		16,105,927.86	15,203,174.27
Total do capital próprio e do passivo		16,655,777.30	15,709,260.93

Direção

Susana Gato
[Assinatura]
[Assinatura]

Contabilista Certificado

[Assinatura]

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]
[Handwritten signature]

Demonstração dos Resultados por Natureza

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisua
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	12	697,790.55	604,964.88
Fornecimentos e serviços externos	13	-360,114.68	-352,461.63
Gastos com o pessoal	14	-229,866.34	-175,702.10
Provisões (aumentos/reduções)		-2,061.08	0.00
Outros rendimentos	12	2,995.56	2,565.40
Outros gastos	15	-29,912.79	-61,419.55
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		78,831.22	17,947.00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-24,169.46	-13,236.80
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		54,661.76	4,710.20
Juros e gastos similares suportados	15	-158.28	-333.94
Resultado antes de impostos		54,503.48	4,376.26
Imposto sobre o rendimento do período	8	-10,740.70	-3,550.06
Resultado líquido do período		43,762.78	826.20

Direção

Susana Gato
 Ana M
 J. F. G.

Contabilista Certificado

Demonstração dos Fluxos de Caixa



Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Quotas de associados		207,500.00	207,500.00
Comissões de gestão e outros serviços		501,211.82	635,333.11
Recebimentos de direitos		10,033,946.18	5,839,351.65
Pagamentos de direitos		-7,447,356.11	-6,759,414.95
Disponibilizações fundo cultural AGE COP		356,254.08	345,673.10
Utilizações fundo cultural AGE COP		-181,022.55	-128,338.70
Pagamentos a fornecedores		-394,280.12	-387,967.40
Pagamentos ao pessoal		-229,854.95	-161,245.46
Caixa gerada pelas operações		2,846,398.35	-409,108.65
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		11,937.86	-21,781.49
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		-198,424.55	-284,211.97
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2,659,911.66	-715,102.11
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-460.73	-64,847.32
Ativos intangíveis		0.00	-9,186.78
Outros ativos		-619.44	-396.12
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0.00	0.00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1,080.17	-74,430.22
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-158.28	-333.94
Outras operações de financiamento		-15,983.96	-5,302.39
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-16,142.24	-5,636.33
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2,642,689.25	-795,168.66
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	12,300,311.11	13,095,479.77
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	14,943,000.36	12,300,311.11

Direção

Susana Gato


Contabilista Certificado



~~S~~
M
J
S

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2018

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2018	9	0.00	387,881.34	117,379.12	505,260.46	0.00	505,260.46
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização de excedentes de revalorização							
Excedentes de revalorização							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
	2	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Resultado líquido do período	3			826.20	826.20	0.00	826.20
Resultado integral	4=2+3			826.20	826.20	0.00	826.20
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital							
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições			117,379.12	-117,379.12	0.00	0.00	0.00
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações							
	5	0.00	117,379.12	-117,379.12	0.00	0.00	0.00
Posição no fim do período 2018	6=1+2+3+5	0.00	505,260.46	826.20	506,086.66	0.00	506,086.66

Direção

Susana Costa

Luís M. J. Costa

Contabilista Certificado

[Assinatura]

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2019

DESCRICÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2019	6	0.00	505,260.46	826.20	506,086.66	0.00	506,086.66
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização de excedentes de revalorização							
Excedentes de revalorização							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Resultado líquido do período	8			43,762.78	43,762.78	0.00	43,762.78
Resultado integral	9=7+8			43,762.78	43,762.78	0.00	43,762.78
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital							
Realizações de prémios de emissão			826.20				826.20
Distribuições				-826.20			-826.20
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações							
Posição no fim do período 2019	10	0.00	826.20	-826.20	0.00	0.00	0.00
	11=6+7+8+10	0.00	506,086.66	43,762.78	549,849.44	0.00	549,849.44

Direção

Susana Galvão
Luís Miguel
Artur

Contabilista Certificado



Anexo

Jan 2018
M
2/3



ANEXO

Exercício de 2019

1. Identificação da entidade:

1 – Designação da entidade: GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais.

2 – Sede: Avenida Infante Dom Henrique, n.º 306, Lote 6, 1.º piso, freguesia de Marvila, concelho de Lisboa.

3 – Natureza da atividade: Gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos em relação aos produtos audiovisuais produzidos e editados pelos autores, produtores e editores seus representados.

A Associação está legalmente constituída e registada na IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais como Sociedade de Gestão Coletiva sob o número noventa e seis, folha quarenta e sete, e encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número 504.229.290.

A GEDIPE no âmbito do seu objeto e em conformidade com a Lei das Sociedades de Gestão Coletiva procede à emissão de débitos de direitos conexos de retransmissão aos operadores de televisão por cabo, de cópia privada e de direitos de comunicação pública audiovisual.

O orçamento da GEDIPE é suportado por quotizações, comissões de gestão e prestações de serviços no âmbito do projeto de cobrança de direitos conexos de comunicação pública audiovisual.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2019.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado em 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009.

2.2 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras da associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A Direção optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes:

Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Edifícios e outras construções	10 anos
Equipamento de transporte	4-5 anos
Equipamento administrativo	3-10 anos

Ativos intangíveis

Os ativos adquiridos são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra, sendo mantidos ao custo histórico na mensuração ocorrida em períodos subsequentes, sendo apenas sujeitos a testes de imparidade quando existem indicadores que apontem nesse sentido.

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Reconhecimento dos direitos e ganhos associados

Os direitos de retransmissão, de comunicação pública e os direitos de cópia privada cobrados e os ganhos associados, nomeadamente os decorrentes das aplicações de capitais, são reconhecidos em contas a pagar para distribuição aos seus titulares. De referir, que 5% dos direitos debitados estão afetos ao fundo cultural, nos termos disposto no artigo 29.º da Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, é reconhecido com referência à sua prestação.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, que incide sobre as comissões de gestão, serviços administrativos e outras prestações de serviços, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

3.3 – Juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras:

Não foram efetuados juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras.

3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

A Associação encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.

A Associação gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Associação o resultado, reportado pela Associação, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Impostos sobre os lucros

A Associação encontra-se isenta de pagamento do IRC na sua atividade associativa e sem fins lucrativos e sujeita ao pagamento de IRC sobre as comissões de gestão, serviços administrativos e outras prestações de serviços. O pagamento do imposto sobre o rendimento é efetuado com base no pró-rata entre estas duas vertentes e de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Associação, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Direção de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2019	2018
<u>Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis</u>		
Orçamento exploração	411.355,88	413.844,01
Retransmissão por cabo - Fiduciária	6.624.653,23	4.800.685,24
Retransmissão por cabo - Fundo cultural	887.197,86	711.008,77
Cópia Privada – Fiduciária	3.048.426,35	2.965.033,15
Cópia Privada - Fundo cultural	200.519,11	265.585,81
AGECOP - Fundo Cultural Cópia Privada	959.283,56	784.052,03
Direitos de comunicação pública - Fiduciária	2.403.661,69	1.937.463,20
Direitos de comunicação pública - Distribuição	292.491,47	332.116,69
Direito de aluguer e comodato	1.644,20	1.681,20
Imposto/IVA	13.850,04	13.887,04
Direitos de comunicação pública - Fundo cultural	99.916,97	74.953,97
Caixa e seus equivalentes	14.943.000,36	12.300.311,11

5. Ativos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de ativos fixos tangíveis:

Exercício de 2019

Movimentos	Rubricas				Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Saldo inicial:					
Valor de aquisição	63.703,54	29.200,00	62.464,60	1.445,53	156.813,67
Depreciação acumulada	-45.405,38	-29.200,00	-27.902,64	-578,22	-103.086,24
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	18.298,16	0,00	34.561,96	867,31	53.727,43
Movimentos do ano:					
Aquisições	0,00	45.712,71	406,50	0,00	46.119,21
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-2.033,12	-11.428,18	-7.357,10	-289,11	-21.107,51
Imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	-2.033,12	34.284,53	-6.950,60	-289,11	25.011,70
Saldo final:					
Valor de aquisição	63.703,54	74.912,71	62.871,10	1.445,53	202.932,88
Depreciação acumulada	-47.438,50	-40.628,18	-35.259,74	-867,33	-124.193,75
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	16.265,04	34.284,53	27.611,36	578,20	78.739,13

Exercício de 2018

Movimentos	Rubricas				Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Saldo inicial:					
Valor de aquisição	43.372,27	29.200,00	22.780,47	1.445,53	96.798,27
Depreciação acumulada	-42.741,25	-29.200,00	-20.681,03	-289,11	-92.911,39
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	631,02	0,00	2.099,44	1.156,42	3.886,88
Movimentos do ano:					
Aquisições	20.331,27	0,00	39.684,13	0,00	60.015,40
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-2.664,13	0,00	-7.221,61	-289,11	-10.174,85
Imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	17.667,14	0,00	32.462,52	-289,11	49.840,55
Saldo final:					
Valor de aquisição	63.703,54	29.200,00	62.464,60	1.445,53	156.813,67
Depreciação acumulada	-45.405,38	-29.200,00	-27.902,64	-578,22	-103.086,24
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	18.298,16	0,00	34.561,96	867,31	53.727,43

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registro das depreciações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimamos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existe qualquer restrição à titularidade de ativos fixos tangíveis.

6. Ativos intangíveis:

6.1 – Divulgações por cada classe de ativos intangíveis:

Exercício de 2019

Movimentos	Rubricas		Total
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	
Saldo inicial:			
Valor de aquisição	13.186,78	0,00	13.186,78
Depreciação acumulada	-7.061,95	0,00	-7.061,95
Valor líquido inicial	6.124,83	0,00	6.124,83
Movimentos do ano:			
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-3.061,95	0,00	-3.061,95
Total de movimentos	-3.061,95	0,00	-3.061,95
Saldo final:			
Valor de aquisição	13.186,78	0,00	13.186,78
Depreciação acumulada	-10.123,90	0,00	-10.123,90
Valor líquido final	3.062,88	0,00	3.062,88

Exercício de 2018

Movimentos	Rubricas		Total
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	
Saldo inicial:			
Valor de aquisição	4.000,00	0,00	4.000,00
Depreciação acumulada	-4.000,00	0,00	-4.000,00
Valor líquido inicial	0,00	0,00	0,00
Movimentos do ano:			
Aquisições	9.186,78	0,00	9.186,78
Depreciação do exercício	-3.061,95	0,00	-3.061,95
Total de movimentos	6.124,83	0,00	6.124,83
Saldo final:			
Valor de aquisição	13.186,78	0,00	13.186,78
Depreciação acumulada	-7.061,95	0,00	-7.061,95
Valor líquido final	6.124,83	0,00	6.124,83

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 3 anos.

7. Clientes e outros créditos a receber:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de clientes apresenta-se como segue:

Natureza	2019	2018
Cientes conta corrente	1.126.336,84	2.922.428,65
Cientes de cobrança duvidosa	3.611,42	0,00
Total bruto	1.129.948,26	2.922.428,65
Perdas por imparidade acumuladas	-2.061,08	0,00
Total líquido	1.127.887,18	2.922.428,65

A exposição da Associação ao risco de crédito é atribuível aos créditos a receber da sua atividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Associação de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

A Associação entende que o valor contabilístico dos outros créditos a receber é próximo do seu justo valor.

A 31 de dezembro 2019 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

O detalhe dos outros créditos a receber apresenta-se como segue:

Natureza	2019	2018
Acréscimos de rendimentos	290.931,48	207.351,22
Outros devedores	5.951,88	8.942,98
Total	296.883,36	216.294,20

8. Estado e outros entes públicos:

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	2019		2018	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Imposto sobre o rendimento	0,00	10.347,70	11.890,94	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	34.518,94	0,00	56.854,76
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	201.574,74	0,00	194.473,56	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	4.075,23	0,00	3.554,64
Total	201.574,74	48.941,87	206.364,50	60.409,40

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Associação entende que as correções resultantes de revisões, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019. Não foram reconhecidos outros impostos diferidos ativos ou passivos, dado que não existem situações que levem à sua contabilização.

9. Capital Próprio:

A variação ocorrida, nos anos de 2018 e 2019, no capital próprio encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações no capital próprio.

10. Financiamentos obtidos:

Os financiamentos obtidos respeitam às seguintes dívidas:

Tipo de financiamento obtido	Passivo não corrente	Passivo corrente	Total
Locações financeiras	27.779,40	4.929,06	32.708,46

10.1 – Informação a prestar referente a locações financeiras (locatários):

Categoria de ativo	Valor líquido	Divisão temporal		
		Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano e inferior a 5 anos	Superior a 5 anos
BMW 530E (25-ZO-52)	45.712,71	4.929,06	27.779,40	0,00

De salientar que não existem rendas contingentes reconhecidas.

11. Fornecedores e outras dívidas a pagar:

11.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Natureza	2019	2018
Fornecedores conta corrente	8.072,66	7.810,53

A rubrica de outras dívidas a pagar apresenta-se como segue:

Natureza	2019	2018
Credores por acréscimos de gastos	29.023,48	26.605,68
	29.023,48	26.605,68
Outros credores:		
Direitos a pagar	18.726,52	0,00
Fundo cultural	-3.345.162,70	-2.963.040,92
Direitos cobrados	70.626.275,58	61.909.336,92
Direitos pagos	-53.173.545,73	-45.707.463,10
Rendimentos de aplicações financeiras	1.757.222,54	1.756.653,19
Juros de depósitos à ordem	29.524,32	29.524,32
Outros	74.140,86	25.358,54
	15.987.181,39	15.050.368,95
Total	16.016.204,87	15.076.974,63

As outras dívidas a pagar constantes do passivo não corrente ascendem a 9.144.314,01 euros e do passivo corrente a 6.871.890,86 euros.

12. Rédito:

12.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido com referência à sua prestação.

12.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2019	2018
Prestações de serviços:		
Serviços	697.790,55	604.964,88
Total de prestações de serviços	697.790,55	604.964,88
Outros rendimentos:		
AGICOA	2.406,88	2.051,73
Outros	588,68	513,67
Total de outros rendimentos	2.995,56	2.565,40

13. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2019	2018
Trabalhos especializados	142.176,65	151.738,22
Honorários	101.821,10	98.200,00
Rendas e alugueres	60.229,00	51.410,28
Deslocações e estadas	16.673,63	8.745,54
Comunicação	7.510,69	5.321,32
Combustíveis	4.763,47	4.850,75
Material de escritório	4.250,74	6.145,57
Despesas de representação	2.984,06	3.959,89
Artigos para oferta	2.500,00	7.250,00
Diversos	17.205,34	14.840,06
Total	360.114,68	352.461,63

14. Gastos com o pessoal:

Os gastos com o pessoal apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2019	2018
Remunerações	187.949,70	145.217,44
Encargos sobre remunerações	34.972,67	26.905,35
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	5.694,83	2.887,49
Outros gastos com o pessoal	1.249,14	691,82
Total	229.866,34	175.702,10

Durante o exercício de 2019, o número médio de pessoas ao serviço da Associação foi de 11 funcionários. Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

15. Outros gastos e juros e gastos similares suportados:

As rubricas de outros gastos e de juros e gastos similares suportados apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2019	2018
Outros gastos:		
Impostos	28.614,83	61.269,93
Correções relativas a exercícios anteriores	1.280,02	0,00
Diversos	17,94	149,62
Total de outros gastos:	29.912,79	61.419,55
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	158,28	333,94
Total de juros e gastos similares suportados	158,28	333,94

16. Acontecimentos após a data do balanço:

16.1 – Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

As associadas detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

16.2 – Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

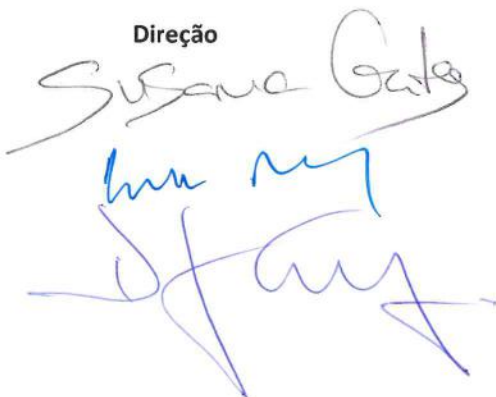
Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

17. Mencões exigidas por diplomas legais

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas debitou-nos durante o exercício de 2019 o valor de 5.904,00 euros (IVA incluído) relativo à revisão de contas e 1.230,00 euros (IVA incluído) referente a parecer sobre relatório de transparência do exercício de 2018, não nos tendo sido debitados quaisquer outros valores.

Em 31 de dezembro de 2019 não existem dívidas à autoridade tributária nem à segurança social em situação de mora.

Direção



Contabilista Certificado



~~S~~
M
Jm

Certificação Legal das Contas

Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Contribuinte nº. 505 348 900

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 16.655.777 euros e um total de capital próprio de 549.849 euros, com um resultado líquido de 43.763 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A Direcção, órgão de gestão da GEDIPE, mantém-se confiante de que a pandemia do Covid-19 não terá efeitos na actividade da Associação no ano de 2020.

Concordamos com a posição manifestada pela Direcção.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Contribuinte nº. 505 348 900

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Contribuinte nº. 505 348 900

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Prior Velho, 2 de Julho de 2020



Manuel Neta Pinheiro, em representação de

Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECERES DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Em cumprimento da lei e dos estatutos, apresentamos:

- Relatório da nossa Actividade e Parecer sobre o Relatório e Contas;
- Parecer sobre o Relatório de Transparência,

Os dois documentos foram-nos apresentados pela Direcção da GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, e são referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

Acompanhámos, desde a nossa nomeação, a actividade da Associação, e obtivemos os esclarecimentos e informações indispensáveis ao desempenho das nossas funções.

No final do exercício, analisámos os documentos apresentados pela Direcção, designadamente:

- o Relatório, o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e respectivo Anexo; e
- o Relatório de Transparência.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas emitiu a adequada Certificação Legal das Contas, e Parecer sobre o Relatório de Transparência, com as quais concordamos e que devem considerar-se parte integrante deste Relatório.

O Conselho Fiscal subscreve a recomendação inscrita no Relatório de Auditoria emitido pela SROC membro deste Conselho Fiscal, sobre despesas não orçamentadas.

Em resultado dos exames efectuados, é nossa convicção que o Relatório da Direcção é suficientemente esclarecedor da situação e actividade da Associação e que as Demonstrações Financeiras satisfazem as disposições legais e estatutárias. Consideramos também que o Relatório de Transparência cumpre os quesitos previstos no Anexo, a que se refere o artº 26-A da Lei 26/2015 de 14 de Abril, com as alterações produzidas pelos DL 100/2017 de 23 de Agosto e DL 89/2019 de 4 de Julho.

Em relação ao Relatório de Transparência, pese embora a eventual existência de detalhe insuficiente em relação à informação a que se referem as als. f) e h) do ponto I, subals. vi) e vii) da al. c) do ponto 2 e ponto 3 do Anexo à Lei n.º 26/2015, considerando o pouco tempo existente para a revisão desses pontos, o compromisso da Direcção de correcção da versão do Relatório de Transparência no próximo ano e o tipo de informação em causa, o Conselho Fiscal entende adequado dar parecer positivo ao Relatório de Transparência de 2019.

Baseados nas informações e explicações recebidas da Direcção e dos Serviços e tendo em consideração as análises e verificações efectuadas, somos de parecer que:

- a) Que sejam aprovados o Relatório e as Contas apresentadas pela Direcção;
- b) Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Direcção;
- c) Que seja aprovado o Relatório de Transparência apresentado pela Direcção.

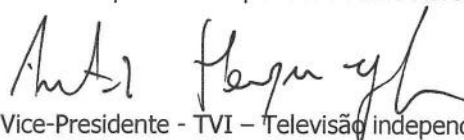
Por último, pretendemos expressar à Direcção e aos Serviços da Associação, o nosso reconhecimento pela disponibilidade e colaboração manifestadas.

Lisboa, 23 de outubro de 2020

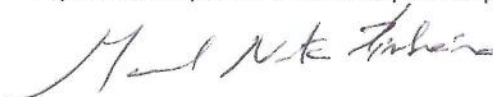
O Conselho Fiscal



Presidente - Films4You – Cinema, Lda,
representada por João Paulo Abreu



Vice-Presidente - TVI – Televisão independente, SA
representada por António Henriques Gaspar



Vogal - Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC
representada por Manuel Neta Pinheiro

Relatório de Auditoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidenciam um total de ativos de 16.655.777 euros e um capital próprio de 549.849 euros, incluindo um resultado líquido de 43.763 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

Na análise às demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019, avaliamos os efeitos do estado de emergência, decretado pelo Estado Português, nomeadamente o referido no relatório da direção nas perspetivas para o próximo exercício, no qual é referido eu não põe em causa o princípio da continuidade da Associação. Acresce, que embora possam vir a existir efeitos da pandemia na atividade de cobrança de direitos, o orçamento de exploração para 2020 prevê proveitos idênticos aos verificados em 2019.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 3 de julho de 2020

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181
representada por:

Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085